

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIANA GARDASZ PRESTES

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DESAFIO NO
PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

IBAITI – PARANÁ

2014

FABIANA GARDASZ PRESTES

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DESAFIO NO
PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Artigo apresentado ao Curso de Pós - graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná polo UAB Ibaiti – Paraná como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Professor
Edmilson Cezar Paglia

IBAITI – PARANÁ

2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
3. METODOLOGIA.....	14
4. CONSIDERAÇÕES.....	18
5. REFERÊNCIAS.....	19

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DESAFIO NO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

RESUMO

A concretização do Projeto Político Pedagógico é de extrema importância para a instituição escolar, uma vez que este deve reger seus passos na busca de um ensino de qualidade, devendo ser considerado um caminho de consolidação da autonomia da escola e deve ser embasado na observação da realidade onde a mesma se insere almejando a melhoria da comunidade escolar. Tal projeto é construído de forma coletiva, envolvendo gestores, professores, funcionários administrativos, alunos e pais para que a escola possa consolidar a sua democratização. Assim, o foco da escola, sua razão de ser, e o sucesso do aluno, é medido pelo domínio dos conteúdos, pela aquisição de habilidades, pela incorporação dos valores no tempo previsto. Nesse processo de ensinar e aprender, vários fatores estão envolvidos: alunos, pais e comunidade. Sendo assim, realizar estudos teóricos, refletir e aprofundar o nosso conhecimento sobre a estrutura da gestão democrática na educação tem grande relevância para o fortalecimento das ações da escola e da gestão participativa. O presente artigo tem por objetivo compreender a contribuição do Projeto Político Pedagógico na construção e viabilização da gestão democrática no espaço escolar.

Palavras-chave: Projeto, escola, ensinar, gestão.

1 INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição que tem objetivos claramente definidos: preparar as novas gerações para se integrar na sociedade de maneira crítica e produtiva.

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. O pleno desenvolvimento da pessoa, garantia da educação como dever de Estado e direito do cidadão, conforme o art. 205 ficará incompleto se não se realizar em práticas concretas no espaço da escola.

Por sua vez, a LDB (Lei nº 9.394, de 1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou, aos sistemas de ensino, a definição das normas da gestão democrática a construção de uma cultura de participação da comunidade escolar, promovendo a confiança na escola pública, de modo a favorecer a formação plena do estudante.

Desta forma, mesmo não ocorrendo mudanças significativas na estrutura social, a ponto de provocar mudanças no sistema escolar, podem ocorrer melhorias na forma de agir dos educadores, no modo de focar os conteúdos, promovendo uma visão ampla e crítica do mundo. A interação com os pais, alunos e toda comunidade escolar se faz necessário, o que conduz à implantação definitiva de uma gestão democrática e participativa.

O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. Portanto, afirmar que sua gestão pressupõe a atuação participativa representa um pleonasma de reforço a essa importante dimensão da gestão escolar. Assim, o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa. (Luck, Freitas, Girling, Keith, 2002).

O foco da gestão escolar é a relação que é desenvolvida dentro dos limites da escola e do seu entorno comunitário. Lück (2002) comenta seis motivos para se optar pela participação na gestão escolar: melhorar a qualidade pedagógica; currículos concretos, atuais e dentro da realidade; aumentar o profissionalismo docente; evitar o isolamento dos diretores e professores; motivar o apoio comunitário às escolas; e, desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar.

Para a compreensão da gestão democrática como direito de participação, precisamos antes, entender a escola como uma instituição social que, de acordo com a nossa legislação tem como função primeira a formação

de cidadãos para participar conscientemente da sociedade em que vivem. Assim, para que a escola possa dar essa formação, ela precisa vivenciá-la no seu interior de forma concreta. Por isso, a reconstrução do Projeto Político Pedagógico tem como finalidade propiciar a importância da reflexão crítica sobre a Gestão Democrática e visa à melhoria da qualidade das atividades pedagógicas e administrativas no acompanhamento dos resultados que interferem na aprendizagem dos alunos como a falta de acompanhamento por parte de alguns pais nas tarefas dos filhos e o despreparo de alguns alunos com dificuldade de acompanhar os conteúdos trabalhados em sala de aula, utilizou-se como metodologia reuniões com a equipe diretiva, equipe pedagógica, com todos os funcionários e pais. DEMO (1998), assim se refere a essa questão:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativo demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência. (p. 248).

Sendo assim, os dados resultantes dos estudos e pesquisas realizadas mostraram a importância do Projeto Político Pedagógico ser uma construção coletiva para que fosse visível o campo de ação da educação escolar e do comprometimento de todos os envolvidos. Nesse sentido, considera-se o PPP como um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pelo caráter democrático, tenta instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico em dois níveis: o da escola como um todo e o da sala de aula, associando-o com o contexto social.

A Escola torna-se um ambiente desafiador que provoca o questionamento, a reflexão e a criação de alternativas e soluções, onde numa atitude dialógica se constroem conhecimentos, vivenciam relações e valores em vista da educação integral.

Para VEIGA, (1998:13-14),

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

É importante ressaltar que o projeto político pedagógico é inconcluso, visto que sua sistematização nunca é definitiva e deve ser produto de um processo de planejamento participativo. Sendo, portanto, processual e contínuo, ele configura a identidade da escola, permitindo aos sujeitos que o produzem pensar, executar e avaliar o seu próprio trabalho. Assim, a reconstrução desse projeto político pedagógico, visa uma nova organização no trabalho pedagógico com participação da comunidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo projeto indica plano, intento; vem de projetar que significa lançar-se, precipitar-se. Neste sentido, o projeto é redação preliminar das intenções da escola. Conforme LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI (2003, p. 345-346), “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”. Vejamos também o que pensa Gadotti sobre projeto:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] (GADOTTI, 1994, p. 579)

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Ao planejar o PPP devem-se considerar estas duas dimensões do projeto. O pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional e, o político por ser a forma social e coletiva em que todos os sujeitos da escola discutem o Projeto Político-Pedagógico. Ao referirem-se às dimensões política e pedagógica do projeto, Marques citando Ana Célia Bahia Silva (2000, p.39), assim se expressa:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de ação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela cidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas.

Desse modo, o projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

É importante que o PPP esteja voltado para solução dos problemas da Educação; para a sua elaboração, normatização e execução é imprescindível garantir a participação de todo o corpo escolar, porque ele só é um instrumento de ação por meio da coletividade e por ser um dos instrumentos que identificam a escola como uma instituição social voltada para a educação, com objetivos específicos para esse fim. Outro ponto fundamental do PPP é propor às escolas o desafio de trabalhar com a diversidade, capacitando-a com objetivos claros e bem definidos.

A elaboração de Projeto Político Pedagógico não deve ser visto apenas como um instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, mas também visa dar um novo significado à vida e à atuação da escola, na medida em que essa construção se dá a partir da necessidade de estruturar propostas que norteiem as práticas educacionais.

Verificar no Projeto Político-Pedagógico como está contemplado o atendimento dos alunos residentes na área rural do município, conforme o

Decreto Presidencial N° 7352 de 04 de novembro de 2010, que define políticas de Educação do Campo. Sendo o Centro Educacional uma escola do campo torna-se necessário observar se há algum trabalho ou projeto específico que atenda as características individuais dessas populações (alunos do campo). Conforme o decreto estabelece no seu artigo primeiro, a educação do campo deve ser ofertada a população do meio rural, sendo estes agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, entre outros. Além disso, também é importante ressaltar o parágrafo terceiro do artigo primeiro, que é o qual vai estabelecer que as escolas do campo deverão elaborar seu projeto político pedagógico, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação:

Art. 1° A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela união em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste decreto.

§ 1° Para efeitos deste decreto, entende-se por:

I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural:

II – escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo.

§ 2° Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escola com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1°.

§ 3° As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu Projeto Político Pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. [...]

Em seguida, o decreto apresenta também outra questão importante para ser levantada em nosso trabalho. Diz respeito, dentre os princípios estabelecidos para a educação do campo, à valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos políticos que estejam vinculados a realidade dos educandos, incluindo a sua relação com o espaço e tempo. No meio rural, podemos perceber, por exemplo, que a relação das pessoas vinculadas ao trabalho na terra, está muitas vezes, marcada pelo ciclos de

plantios e colheitas e isto é essencial quando relacionado aos trabalhos e o calendário programados pela escola. Conforme o inciso IV, do artigo segundo:

Art.2º São princípios da educação do campo:

[...]

IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Por outro lado, é importante ressaltar que sem o compromisso dos sujeitos da escola, o PPP não se constrói e nem se concretiza. Pois ao assumir a responsabilidade de construir o PPP todos se tornam sujeitos desse processo. Democratizando, assim, as decisões, responsabilizando todos pela sua concretização. O Projeto Político Pedagógico deve apresentar posições que estejam em consonância com as experiências sociais da escola, pois o mesmo busca dar a ela uma perspectiva de curto, médio e longo prazo. Além também de auxiliar na sua organização interna. E é por isso mesmo, que entre outros motivos, este projeto é, além de pedagógico, político, pois envolve a comunidade, suas relações, enfim, a realidade na qual a escola está inserida.

A abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: “igualdade” de condições para acesso e permanência na escola; “qualidade” de ensino para todos; “gestão democrática”, que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; “autonomia” de atuação; e, a “valorização do magistério” que objetiva a formação inicial e a continuada, condições de trabalho e remuneração docente.

O projeto político pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que

apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

O que pretendemos enfatizar é que devemos analisar e compreender a organização do trabalho pedagógico, no sentido de se gestar uma nova organização que reduza os efeitos de sua divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico. Nessa perspectiva, a construção do projeto político pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotina, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

A construção do projeto político-pedagógico, para gestar uma nova organização do trabalho pedagógico, passa pela reflexão anteriormente feita sobre os princípios. Acreditamos que a análise dos elementos constitutivos da organização trará contribuições relevantes para a construção do projeto político pedagógico.

Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação.

Sabemos que num primeiro momento a escola deve assumir um papel, onde venha fazer juntamente com os funcionários e a comunidade envolvida uma reflexão sobre o assunto em questão, tornando-se assim autônoma.

Em seguida, inclui todos os setores necessários para o seu trabalho, desde a estrutura organizacional, às questões de ensino-aprendizagem e às curriculares, a administrativa que assegura a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. Temos também o currículo que é à base do conhecimento escolar, a construção social do saber, é estruturado em períodos fixos de tempo para cada disciplina. Dando continuidade o tempo escolar é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, dentro dele temos o calendário e o horário escolar.

O processo de decisão, de estrutura administrativa, deve antever meios para a participação coletiva no processo de decisão. Já as relações de trabalho

devem girar em torno de atitudes solidárias, recíprocas e de participação coletiva. Por isso, é importante um bom trabalho de reflexão, fortalecendo o diálogo e a comunicação entre todos os envolvidos no processo educativo. E por fim, a avaliação do Projeto Político Pedagógico que parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, a clientela a ser atendida, pois cada escola é única e desempenha um papel diferenciado de outras instituições.

Logo, o Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. "O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo", diz Paulo Roberto Padilha.

De modo geral, vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. O aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade, a busca de processos mais democráticos e, em especial pautados no respeito às diferenças são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta.

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Finalmente, há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessário dentro e fora dos muros da escola.

3 METODOLOGIA

Conforme fui pesquisando sobre o tema para a elaboração do artigo, entendi que gestão democrática parte do conceito de prática participativa, “gestão é administração é tomada de decisão, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel” (FERREIRA 2006, p. 306). Sendo assim, quando discutimos gestão democrática estamos refletindo sobre os problemas enfrentados diariamente na instituição, sabendo que o trabalho pedagógico pode ajudar ou impedir o desenvolvimento de uma prática participativa.

O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática são temas complexos, porém, unidos. Não tem como elaborar um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a colaboração de uma Gestão Democrática, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

A reconstrução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Severino Sales, foi realizada de forma participativa, direção e equipe pedagógica marcaram momentos para a discussão do mesmo. Sabemos que as reuniões pedagógicas previstas no calendário escolar não são suficientes para discutir assuntos pertinentes ao desenvolvimento escolar e Projeto político Pedagógico, desta maneira, conversamos com a nossa equipe que sempre desenvolveu um trabalho participativo e concordou em realizar reuniões extras para tratar do assunto em estudo, sem ferir o calendário escolar.

Já que o Projeto Político Pedagógico coloca que a missão da nossa escola é preparar cidadão crítico, responsável e autônomo, assim, iremos (juntos) desenvolver um trabalho de conscientização e formação por meio da interdisciplinaridade, do diálogo e outras ações que venham contribuir para a cidadania, pois segundo Sônia Couto “É possível formar cidadã e cidadãos autônomos numa escola onde a autonomia não seja discutida, mas intimamente vivenciada por seus diferentes segmentos”. Por isso, pretendi vivenciar a autonomia na nossa comunidade escolar.

O PPP da nossa escola é único, pois sabemos que não existem escolas idênticas, o que existem são orientações quanto à elaboração ou reelaboração

dos seus Projetos Políticos Pedagógicos. É um documento que necessita de constante avaliação por parte da própria instituição escolar, caso contrário o mesmo será guardado em uma gaveta ou esquecido, simplesmente estará na escola para cumprir as funções burocráticas.

Dando sequência em algumas pesquisas sobre o tema, vi que o Projeto Político Pedagógico nunca estará pronto, porque na escola existem mudanças continuamente, novos desafios surgem diariamente e por isso precisamos estar sempre atualizando.

Segundo a Constituição de 1988, a educação é direito de todos e dever do estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Freire (1997):

Escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela, não pode ser uma escola cidadã em si para si. Ela é cidadã na medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos – educadores sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que não pode ser jamais silenciosa, nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

Ao reconstruir o Projeto Político Pedagógico, foi necessário observar as bases legais que sustentam a educação como as Diretrizes, a nossa LDB, que apresentam elementos indispensáveis para a reelaboração do nosso projeto.

Falando em LDB, descrevi alguns princípios norteadores que estão contemplados no seu Art. 3º:

- I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV. respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII. valorização do profissional da educação escolar;

VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;

IX. garantia do padrão de qualidade;

X. valorização da experiência extracurricular;

XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]

Como citado mais acima a reelaboração do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal João Severino Sales – Educação Infantil e Ensino fundamental, no Distrito do Campinho, da nossa cidade Ibaiti, seguiram algumas metodologias:

- Estudo sobre o PPP numa reunião, onde foi apresentada aos pais, alunos e funcionários desta instituição a necessidade de reelaboração do mesmo, mostrando sua importância no processo ensino-aprendizagem;
- Em um segundo encontro, dividimos em grupos de estudos, os funcionários da escola e a comunidade presente onde listaram os objetivos, metas e ações que achavam necessários colocar no projeto. Em seguida, um representante de cada grupo colocou para os demais o que percebiam ser necessário e importante colocar na reconstrução no novo PPP.
- Novo encontro para explanação dos quesitos já discutidos anteriormente em plenária para consenso das prioridades da escola;
- Sistematização das metas e ações levantadas para estruturação juntamente com os suportes pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação finalizando a elaboração do PPP;
- Apresentação do Projeto Político Pedagógico a comunidade escolar;

O trabalho da escola torna mais produtivo e agradável quando há diálogo entre vários segmentos principalmente entre a família e a escola.

Ao reconstruir o projeto da nossa escola tivemos que pensar um pouco sobre os sujeitos que queremos formar, a sociedade que queremos para viver. Como a escola onde foi desenvolvido este trabalho fica localizada em um

distrito do nosso município, aproximadamente 17 Km, e a comunidade em geral, na grande maioria são trabalhadores de uma Destilaria de Álcool e bóia-fria, senti a necessidade de rever o PPP da Instituição, colocando assim, pontos onde seria voltados aos alunos que estudam lá.

Quando pensamos uma educação do campo compreendemos a realidade local, com suas necessidades e especificidades de maneira que o fazer pedagógico seja coerente, tendo em si a valorização do conhecimento que o educando traz consigo, como elemento fundamental para ampliar tal conhecimento. Por isso, que o projeto político pedagógico da Educação do Campo é um dos elementos principais para se organizar um trabalho pedagógico conforme a realidade da população envolvida.

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (Resolução CNE/CBE n.º1, de 03/04/2002).

Fonte: Educação do Campo, cadernos SECAD

Hoje diferente de algum tempo atrás, muito jovens resolveram seguir o caminho dos seus pais e continuar com o trabalho na terra. Apesar do êxodo rural, essa realidade começa a mudar e muitos jovens hoje buscam nas pesquisas e no estudo, novas alternativas para a produção no meio rural. Conheço algumas pessoas que viram no campo uma forma de aumentar o lucro e o modo de vida, por isso devemos ter em mente a maneira como trabalhar isso em sala de aula, a forma como aplicar essa educação no campo que vem se modernizando e melhorando cada dia mais.

A reconstrução do Projeto Político Pedagógico refere-se à relação escola-comunidade local, pois sabemos que existem escolas e escolas, e as instituições onde existe uma participação ativa da comunidade, nota-se que o desempenho dos alunos é relativamente melhor.

O resultado deste trabalho será contemplado no decorrer dos anos, através de situações novas e práticas, empregando-se nas ações da escola

dentro de uma perspectiva construtivista, proporcionando uma gestão democrática e atuante.

4 CONSIDERAÇÕES

A reconstrução do Projeto Político Pedagógico foi realizada por meio de reuniões e encontros. Num primeiro momento somente com os professores e funcionários da instituição, depois realizamos encontros com a participação da comunidade onde tinham liberdade para colocarem suas opiniões. Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é algo que deve estar em (re)construção diariamente, conforme a necessidade da clientela que ali estuda, criando assim um vínculo maior com a comunidade pois a mesma vem com responsabilidade dar opiniões salientando aquilo que é importante e conveniente no ambiente escolar.

As reuniões realizadas e os encontros com a comunidade, os momentos de reflexões, troca de ideias, veio da necessidade de mudanças para uma melhor qualidade no ensino nesta instituição podendo elevar assim o nível de aprendizado dos nossos alunos. Dessa forma, nós, educadores fomos estabelecendo relações, apontando metas e objetivos que eram do interesse da comunidade, condizentes com o currículo e os conteúdos a serem trabalhados através da reflexão, das ações necessárias à construção de uma nova realidade, havendo comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo, pais e a comunidade como um todo.

O nosso objetivo é priorizar a permanência do aluno na instituição com um ensino de qualidade. Para isso buscamos intervenções, recursos que venham influenciar as ações pedagógicas oportunizando todos os envolvidos avaliarem a qualidade de seus serviços prestados na instituição com reuniões bimestrais e momentos de reflexões com a comunidade semestralmente, podendo colocar assim as opiniões naquilo que realmente está dando certo e em que necessita de mudança para uma melhoria.

Para finalizar, a realização do Projeto Político Pedagógico é uma tarefa que precisa haver muito empenho coletivo, para ter um avanço significativo no

processo educativo, pode parecer complicado, mas a escola deve buscar um ideal comum: fazer com que todos os alunos aprendam, e se esse é o nosso objetivo, a boa convivência com a comunidade gera confiança e participação dos mesmos nos assuntos condizentes a escola e o aprendizado de seus filhos.

No entanto, o Projeto Político Pedagógico foi elaborado de forma coletiva e está sendo executado por toda equipe escolar, sendo os docentes responsáveis diretos pelas ações pedagógicas.

E para concluir, o curso veio trazer conhecimentos novos e aperfeiçoamento, foi uma troca de experiências com outros colegas. Participação, autonomia, democracia e cidadania exigem aprendizado. Pensando na responsabilidade que temos diante da sociedade e dos indivíduos que estão sob os nossos cuidados é que elaboramos nosso Projeto com a intenção de sermos e formarmos agentes de transformação visando ao bem-estar da sociedade.

Referências

AQUINO, J. G. (Org). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FONSECA, **Normanda Ferreira**. **Pedagogia hospitalar? Formação, reflexão e ação**. Manaus: UNINORTE, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, **M. Organização do trabalho na Escola**: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro. Graal, 1992.

_____. Projeto Político Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARÃES, **C.M & MARIN, F. A. D. G.** Projeto Pedagógico: considerações necessárias e sua construção. Nuances. Presidente Prudente. Vol. IV, 1998.

SAVIANE, Demerval. **Escola, democracia.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília: SEED, 1998.

VEIGA, **I.P. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 13. Ed. Campinas: Papirus, 2001.

LUCKESI, **Cipriano Carlos.** Filosofia da educação. São Paulo; Cortez, 1994.

LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 6ª edição. São Paulo, Vozes, 2002.

LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. 10ª edição. Editora Vozes, 2011.

<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-jornada-pedagogica/gestao-escolar/dimensao-participativa-da-gestao-escolar.pdf>

<http://www.infoescola.com/pedagogia/o-papel-do-diretor-na-gestao-democratica/>

<http://pt.slideshare.net/profarosangela/uma-abordagem-participativa-para-a-gesto-escolar>

http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/HerculesGuimaraesHonorato_res_int_GT8.pdf

<http://www.educamococa.com.br/pme/2012/Educa%E7%E3o%20do%20Camp%20o.pdf>

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/218-4.pdf>